

O Conflito Capital- Trabalho na Competição Global*

*Luciano Vasapollo***

Resumo:

Este artigo trata dos novos modelos de acumulação capitalista na era pós-fordismo e dos conflitos inerentes entre capital e trabalho. Destaca a flexibilização do trabalho e suas conseqüências, como o desemprego estrutural e o empobrecimento do trabalhador, além do papel da informação e a necessidade de uma renda mínima social para garantir a sobrevivência dos desempregados e sub-empregados.

Premissa

A superação da fase fordista levou ao nascimento de novos modelos de acumulação flexível. O princípio que guia esses modelos está baseado no seguinte fato: sendo a demanda responsável pela fixação da produção com relação aos processos de competência global e desenfreada competência, ainda que às vezes imperfeita, por conseguinte, a competição se baseia cada vez mais na qualidade do produto e na qualidade do trabalho. Desenvolve-se, assim, uma fase cada vez mais caracterizada por recursos imateriais do capital intangível. Trata-se de uma estruturação do capital que é acompanhada de trabalho manual mal remunerado, deslocado e cada vez menos regulamentado, de serviços terceirizados e de pouco conteúdo de garantias que lhe permitem o uso, e não como antes, sobre as conexões entre quantidade produzida e preço (elementos típicos do fordismo). Isso significa “o fim do trabalho”, porém, também o nascimento de novas tipologias e de uma nova organização do trabalho, mas no modo de produção capitalista baseado na centralidade da exploração capitalista.

Ainda que os teólogos da economia política clássica e os sequazes do liberalismo reconheçam esses conflitos, sem embargo, segundo Marx, não

* Tradução de Ramon Casas Vilarino.

** Professor de Estatística Empresarial na Universidade La Sapienza, em Roma. Diretor Científico do Centro de Estudos Transformações Econômico-Sociais (CESTES) e da Revista PROTEO.

compreendem que o elemento conflitivo é a mesma substância do sistema capitalista. Porém, todos os fortes contrastes que se opõem aos grupos sociais componentes da sociedade civil encontram sua motivação central, real, no conflito fundamental entre capital e trabalho assalariado. É justamente esta, e somente esta, segundo a dialética hegeliana, a “contradição” que empurra continuamente até a sua superação.

O capital, a informação e os processos do trabalho pós-fordismo

O conceito clássico de trabalho está em crise graças à economia do capital de informação, que representa o fundamento do capitalismo chamado pós-moderno. De fato, a criação de valor não se baseia, como antes, na exploração do operário da fábrica fordista, mas sim em cada atividade da fábrica social generalizada. A economia da informação controla e desenvolve a potência da acumulação flexível, submetendo os sujeitos sociais à potência da tecnologia da informação da comunicação, que agora domina não somente o tempo de trabalho, mas também o tempo de vida social em sua integridade.

Para compreender a atual fase determinante da competição global, deve-se conectar à análise da organização do ciclo produtivo as características do tecido produtivo e social, o papel do Estado, as relações entre as áreas internacionais e a sua estrutura econômica, além dos interesses de domínio e expansão que determinam o conflito inter-imperialista. Todas essas problemáticas, fortemente conexas, são dependentes do período de transição da área fordista à pós-fordista.

A crise do sistema, devida ao processo de transformação do trabalho na sociedade pós-fordista, também pode ser explicada pelos processos de transformação do trabalho de cunho imaterial. Esse tipo de trabalho se caracteriza extensivamente pela forma de cooptação social que vai além da fábrica e do trabalho produtivo, e intensamente através da comunicação e da informação, recursos do capital da abstração ou intangível. O trabalho imaterial se entende como um trabalho que produz o “conteúdo informativo e cultural da mercadoria”, que modifica o trabalho operário na indústria e no comércio, onde as tarefas vêm subordinadas à capacidade de tratamento da informação, horizontal e vertical. Utiliza-se, para tal fim, estruturas sociais e recursos cada vez mais imateriais, seguindo o princípio do custo mínimo e máximo benefício, atuando sempre sobre os recursos do capital intangível, a partir do capital informação, realizando, de forma cada vez mais estratégica, a lógica do máximo grau de adaptabilidade às exigências do mercado, ainda que às vezes se disfarcem como recursos das exigências de vida do trabalhador.

No contexto capitalista, a informação tomou um papel estratégico e dominante, seja no terreno da produção e da acumulação, seja no de

consumo e, principalmente, no plano da flexibilidade social. Nesse âmbito, um papel fundamental foi assumido pela “comunicação”, no momento em que a informação começa a fazer parte do novo processo produtivo. De fato, é a comunicação que obriga uma flexibilidade cada vez mais forte. Igualmente no campo da distribuição, através das novas formas de comunicação informática, verifica-se a mudança do poder das grandes empresas às novas cadeias de distribuição.

“Enquanto no sistema fordista a produção excluía a comunicação, na medida em que a linha de montagem era muda porque realizava mecanicamente as instruções confeccionadas nos escritórios dos *colarinbos brancos*, no sistema de produção pós-fordista estamos na presença de uma linha de produção falante, comunicadora, e as tecnologias utilizadas nesse sistema podem ser consideradas verdadeiras ‘máquinas lingüísticas’ que têm como finalidade principal fazer fluir e agilizar a circulação da informação.” (Marazzi, 1999: 16).

Porém, o instrumento do operário da fábrica fordista, assim como aquele de cada uma das atividades na fábrica social generalizada, se dá sempre através da apropriação de mais-valia e trabalho excedente.

Pós-fordismo, flexibilidade e papel da comunicação no processo produtivo

O paradigma da acumulação flexível é central para os novos planos de desenvolvimento do capital, sendo necessário, então, atuar segundo o assim chamado princípio da flexibilidade, que pode ser adotado somente se a empresa e o social estiverem em condições de adequar-se com rapidez às mudanças.

“No mundo todo as empresas perseguem o ideal de utilizar a força de trabalho mais ou menos como se utiliza a energia elétrica – colocando, quando faz falta, o interruptor em on ou off – porque assim se comportam quase todas. Dessa maneira, os custos contabilizados no balanço são fortemente reduzidos.” (Gallino, 2002: 7).

Por capital humano entende-se todos os recursos humanos qualificados à disposição das empresas para a produção; o capital humano é formado e acumulado desde a infância da pessoa, e igualmente das famílias em formação, provendo lucros na idade de trabalho; dessa forma, os custos são representados nos gastos para a formação da pessoa enquanto que os benefícios são a remuneração que o capital humano consentirá acumular, de acordo com o grau de flexibilidade funcional com a empresa e com os processos de acumulação de capital.

Fala-se de flexibilidade empresarial, assim como de capacidade do empresário do *Top Management*, dos centros com poder de decisão de empresa, de atuar-se otimizando o uso dos recursos de informação e de comunicação. Assim, se determina como atualização de trajetórias empresariais que se adaptam e permitem não só produzir bens e serviços dirigidos a mercados diversos, mas consegue-se, com o tempo, manejar o delicado desenho estratégico empresarial de condição geral à cultura da empresa. E é nesse contexto que alguns autores pensam poder encontrar uma

“possibilidade da parte do trabalhador ou trabalhadora de escolher caso a caso a espécie e o gênero de flexibilidade que prefira ... Tal possibilidade era denominada desde o início dos anos oitenta, pelos sociólogos do trabalho, como a ‘revolução do tempo livremente eleito.’” (Gallino, 2002: 85 e 86).

Porém, a importância do capital de informação deriva do fato que cada unidade de decisão ou sujeito que decide na empresa, tem necessidade de buscar, adquirir e elaborar informação para realizar uma gestão econômica equilibrada, controlando a inteligência social e o conflito de classe, e é precisamente por isso que a flexibilidade e a precariedade do trabalho são condições imprescindíveis para os novos processos de acumulação capitalista pós-fordista.

É claro que tudo isso provém de uma profunda modificação da empresa já estruturada nas estratégias de venda e na relação com o consumidor, que considera o produto sob os aspectos da venda e da produção. Tal estratégia se baseia na produção e no consumo de novos recursos, utilizando a comunicação que desvia e o marketing social para recolher e fazer circular capital de informação para um condicionamento geral social que ultrapassa o momento diretamente produtivo.

Normalmente, a experiência se estende com um modo de trabalhar, acompanhado da participação ativa com precedentes ciclos de luta e de antagonismo, joga de maneira fortemente negativa com relação à adaptabilidade do trabalhador a novos processos produtivos, a novos modelos decisórios e de comunicação.

Em todo caso, o princípio da flexibilidade diz respeito além da força de trabalho, aos aspectos internos e tipicamente direcionais de empresa, tendo tido importantes recaídas estruturais de comunicação e de decisão com relação ao modo de delinear a planificação e o controle, pondo o recurso comunicação como central também no exterior da empresa e em toda parte social.

Estamos no pós-fordismo ou no novo paradigma da competição global?

A crescente internacionalização, primeiro dos fluxos financeiros, depois a ampliação do processo de desindustrialização dos países ocidentais, fez com que as condições e as políticas econômicas em cada país tenham hoje pouca influência nos mecanismos de acumulação cada vez mais globais. A partir deste ponto de vista, o processo de internacionalização da economia mundial funda-se sobre uma divisão do trabalho onde, de um lado, os países ocidentais retêm de forma cada vez mais concentrada o poder financeiro e tecnológico e o controle dos fluxos comerciais, e, de outro, os países do terceiro mundo se incumbem da simples transformação das mercadorias. Emerge um terciário que cada vez mais interage e se integra com as outras atividades produtivas, especialmente com as industriais. Determina-se, então, um novo modelo localizador de desenvolvimento que, na Itália, como em outras áreas centrais do capitalismo avançado, pode definir-se como tecido em multi-nível de irradiação terciária que se associa ao modelo de flexibilização do viver social imposto de uma empresa difundida socialmente no sistema territorial. Trata-se, então, de um terciário que se acompanha com exteriorizações do ciclo produtivo e com um modelo de flexibilidade geral que vem assumindo um papel cada vez mais carregado do modelo de desenvolvimento econômico, que não é explicado somente a partir de simples processos de desindustrialização ou de reestruturação industrial, mas também pelas exigências de reestruturação e diversificação geral do modelo de capitalismo na atual fase da competição global.

A nova determinação da organização capitalista do trabalho se configura num processo que se caracteriza cada vez mais pela explosão, pela precariedade, pela flexibilidade, pela desregulamentação, pela super-exploração, sob formas sem precedentes para os assalariados em atividade. É o mal-estar do trabalho, junto ao medo de perder o emprego, de não ter uma vida social, é mais de empregá-la ao e pelo trabalho, com a angústia ligada ao conhecimento de uma evolução tecnológica que não resolve as necessidades sociais.

Para resolver o problema da desocupação ou desemprego, não é necessário, então, aumentar a produtividade e o produto nacional, pois é evidente que tal processo levou a sociedade moderna à crise ocupacional. Foi precisamente a inovação tecnológica empregada para substituir o trabalho físico humano que contribuiu para criar a desocupação. Basta lembrar aqueles operários que foram despedidos por ocasião da introdução das máquinas nas fábricas, requerendo para isso poucos empregados qualificados; a inovação tecnológica aumentou a desocupação e, na área de acumulação flexível, empobreceu ainda mais o mercado de trabalho.

Hoje, a desocupação é acompanhada de um instrumento crescente, dos salários que restam em atividade. A intensificação do trabalho leva ao estresse dentro e fora do trabalho. O patrão faz do tempo de trabalho um elemento essencial da super-exploração dos salários e da redefinição da sociedade a partir da empresa, através de sua centralidade também na vida social.

É assim que se afirma um novo modo de ser do capitalismo, que não torna a civilização melhor, mas, ao contrário, suscita um crescimento quantitativo realizado contra os homens, contra o trabalho, em razão de uma intensificação do instrumento de trabalho, da falta de formação, do tempo de transporte, do tempo pessoal além do trabalho. Onde está a globalização!? Temos sim uma impiedosa competência global em todos os campos, baseada num modelo de desenvolvimento que rouba a vida!

Os jovens, as mulheres e os operários são os mais afetados. Em 1975, 85% da população tinha um trabalho estável; nos anos noventa, tal porcentagem baixou para 60%, tendo sido projetado para o ano 2000 somente 25% da população ativa com um emprego estável e protegido por um estatuto, com plenos direitos e salários.

A redução dos postos de trabalho começa junto com o desenvolvimento tecnológico, este último contendo uma mais-valia cada vez maior, que vem açambarcada das rendas financeiras e de todas maneiras com incrementos de produtividade que visam somente o lucro, e de modo algum beneficiam o trabalho.

Ainda que se analise o setor do trabalho regulamentado (quer dizer, com uma presença sindical), percebemos que a diferença entre o horário contratual e o horário de fato tem aumentado muito, sendo grande a diferença entre os direitos estabelecidos em lei e os aplicados na prática. A precariedade do direito, neste caso, é uma norma.

Muitos estudos realizados na Europa e nos EUA têm demonstrado como nas últimas décadas o problema das “Novas Propriedades” não é tanto de imputar-se àqueles que não dispõem de uma renda ou de um trabalho regular e regulamentado, mas também e sobretudo àqueles que, tendo trabalhado, não têm certezas dos direitos e não conseguem alcançar nem uma renda mínima que lhes garanta um adequado nível de vida.

Também, são muitos os “Informes de Estudo” acerca da desocupação juvenil que evidenciam a grave falta de trabalho para os jovens e, pior, a prolongação do período de precariedade até e depois dos trinta anos.

Temos então o nascimento das microempresas e a descentralização produtiva da média e da grande empresa. É claro que, também nestes casos, a regulamentação das relações de trabalho resistem muito às novas condições.

No caso das microempresas, como são freqüentemente formadas por única pessoa, é evidente que a possibilidade de regulamentação do trabalho é nula. Também nos casos das médias e grandes empresas descentralizadas, o problema está no afastamento dos bens e do capital do centro, sendo mais difícil controlar os horários de trabalho e as suas condições.

Além disso tudo, há o problema da contaminação ambiental, sendo importante lembrar que 4/5 do dióxido de carbono liberado na atmosfera provém das regiões industrializadas, causando devastação de florestas, perda de solo fértil, crescimento dos processos de erosão, contaminação e esgotamento dos recursos naturais, perda da biodiversidade, destruição da camada de ozônio, criação de resíduos tóxicos incontroláveis e perigosos. Tudo isso para criar crescimento quantitativo e novos processos de acumulação do capital, com a única finalidade de aumentar a produção e a produtividade para o lucro, atuando contra um desenvolvimento de qualidade que defenda a vida em todas as suas formas.

Muitos estudiosos pensam que a recuperação ambiental e do patrimônio cultural pode ser feita através de grandes inversões, grandes implantes e grandes obras públicas, e, para isso, grandes ganhos para as empresas, talvez as mesmas que tenham contaminado o meio ambiente. Essa visão sacrifica a ação de organizações sociais de ampla participação, de formas de democracia real dos trabalhadores e dos cidadãos, de atividade de controles difundidos no território, de cooperativas e de produções realmente fora de mercado. Sacrifica a ação verdadeira que faz crescer as consciências, que produzem trabalho com base no desenho ambientalista com caráter de produção alternativa num modelo de desenvolvimento que coloque as bases da alternativa concreta ao capitalismo. Um retorno a um Estado atuante, também através do trabalho ambiental, do trabalho de unidade social ao desenvolvimento da economia sócio-eco-solidária, corre o risco também de ser negativo, pois a solidariedade não pode e não deve pôr remédio num direito que se viola. Isso corre o risco de ser fonte de trabalho precário, de mobilidade e de flexibilidade da jovem força de trabalho.

A economia convencional capitalista separa-se do social e todo o resto e impõe como seu medidor o PIB, sem calcular a menos-valia somada da produção, quer dizer, sem medir social e economicamente a destruição do capital natural, nem os custos adicionais devido às contaminações atmosférica, da água, do solo e de todos os outros efeitos negativos produzidos pela atividade econômica, até o dramático impacto à saúde, pondo em risco a sobrevivência mesmo de toda a comunidade. Os indicadores econômicos quantitativos para avaliar a atividade econômica solicitam a determinação de políticas destrutivas não somente do ponto de vista ecológico, mas, também, do social.

O paradigma da competição global tem necessidade disso tudo, isso para não falarmos do inevitável keynesianismo militar, da guerra como necessidade para resolver a crise capitalista.

A renda social garantida para desempregados e sub-empregados

Hoje, aumenta a riqueza e diminui a ocupação, aumentam as distâncias entre ricos e pobres, em nível nacional e internacional, e, isso, de acordo com o paradigma da acumulação flexível. Tal modelo de acumulação pressupõe, nos âmbitos econômico e social, a capacidade tecnológica informática e flexível que permite o aumento da produção sem que aumente a ocupação, e, para os outros níveis de produtividade incorporados em novas tecnologias, com a contemporânea ausência de novas saídas no mercado e de significativas inversões produtivas.

Agora, a proposta de reduzir o horário de trabalho junto com o salário e a batalha por uma renda social garantida para desempregados e sub-empregados, se convertem nas primeiras propostas válidas para combater o desemprego que estão em sintonia com o meio-ambiente, tendo presentes os problemas ecológicos.

A possibilidade de reduzir a desocupação através da redução das jornadas de trabalho e a redução do horário, pode ser desenvolvida somente se tivermos presente que estamos numa fase pós-fordista do mercado que se caracteriza pela presença de trabalhos que não permitem rendas suficientes para a sobrevivência. A isso soma-se a cada vez mais dramática situação do jovem e a cada vez mais freqüente presença de microempresas usualmente constituídas por uma só pessoa, que aparentemente aumenta o ramo do trabalho autônomo, porém se trata de um novo trabalho assalariado atípico, pois extremamente precário.

E, dado que a precariedade e a desocupação se convertem em fenômenos estruturais, então a redução do horário de trabalho e a renda social mínima garantida podem ser elementos de verdadeiro e forte reformismo, também porque entram na categoria de remédios estruturais.

O salário, vistas as atuais condições econômicas e de trabalho, já não se dá em função da produtividade. O fato de que salário e produtividade são sejam associados entre si, implica que a distribuição da renda em nível nacional e, conseqüentemente, a demanda nacional de consumo, não tenham relevância na resolução do processo de acumulação.

O salário deveria ser constituído de dois componentes entre si distintos: um primeiro componente, que dependa do horário de trabalho, que deve-se reduzir igual ao salário, para assim recuperar o salário direto e

indireto arrebatado do fator capital e da dinâmica da produtividade por meio de benefícios; um segundo componente, que deve ser constituído por uma renda social mínima garantida para desempregados e sub-empregados enquanto um trabalhador deve ter primeiro, antes de tudo, a certeza de uma renda independente da posição social e profissional.

Este é um elemento real de sadio reformismo estrutural, porque significa mover os termos do conflito capital-trabalho: reconquistar para o trabalho partes importantes de salário social, arrebatado sob a forma de mais-valia e mais-trabalho pelo capital.

Nessas propostas, há linhas de desenvolvimento diferentes que dependem também de grandes inversões em obras desenvolvidas por um Estado atuante. Porém, essas propostas não podem ser mercadorias de troca com as privatizações, com a eliminação dos serviços sociais, com a precariedade do trabalho. Também as outras vias de iniciativas próprias, de financiamento próprio, de associações e cooperativas podem ser fonte de trabalho precário e de substituição do Welfare State. Olhar em direção de uma linha econômica de produtores alternativos de forma mais ampla significa falar de redistribuição social aos cidadãos, de arrojo ecológico, significa falar de finalidade destas iniciativas, significa construir terrenos sólidos de classe e de luta ambiental.

Reflexões: do conflito capital-trabalho à saída do capitalismo na construção da alternativa social

Marx prova, sobre uma base rigorosamente científica, partindo das conseqüências de sua análise da teoria do valor que, diferentemente de todas as outras mercadorias, o valor da força-trabalho é composto de dois elementos, incorporando em si a mais-valia.

Depois de desenvolver a teoria da mais-valia, Marx revela, pela primeira vez na história da ciência econômica, o mecanismo da exploração capitalista com rigor científico, partindo da análise do capital como trabalho expropriado, não pago à classe operária. Porém, Marx foi mais além, mostrando que a apropriação por parte dos capitalistas do trabalho não pago dos operários é feita conforme as leis internas do capitalismo. Se assim é, então a sociedade capitalista não é absolutamente um mundo de relações harmônicas, senão o lugar de uma guerra geral. Isso é tudo o que emerge deste artigo, bem como das diferentes análises e investigações que temos

realizado no CESTES¹.

Desta análise depreendemos que nos encontramos numa fase de transição, porém em via de definição, mas apresentando sinais bem claros sobre a competição global. Temos um aumento da produção dos serviços sobre a de bens materiais, mas isso principalmente com processos de terceirização de serviços e de fases do processo produtivo a baixo custo adicional, baseados numa super exploração do trabalho. Um trabalho tomado através de processo de deslocamentos internacionais na busca de formas de trabalho de escasso conteúdo de direitos e salários muito baixos; a isso acompanha uma forte presença de trabalhos intelectuais e técnico-profissionais freqüentemente precários como aqueles manuais e repetitivos.

Não se trata, então, de um simples processo de desindustrialização, mas de uma transformação da sociedade que cria novas necessidades, de uma competição diversa da qualidade do desenvolvimento, do nascimento de novas atividades, a maior parte das quais de caráter terciário e precário. Novas atividades produtivas que geram, e forçam ao mesmo tempo novos mecanismos de crescimento, de organização da sociedade e de acumulação de capital.

A ameaça sempre iminente de desemprego, particularmente a convivência da desocupação conjuntural com a estrutura, o paradigma da acumulação flexível da assim chamada era pós-fordista, devido à automatização da produção e à intensificação do trabalho, tudo isso influencia substancialmente a piora geral da situação mundial da classe trabalhadora.

A incerteza da existência, da qual falou Engels, continua a acentuar-se e se lê com o desemprego estrutural, com a precariedade do trabalho, com a destruição ambiental, com o surgimento de novas pobreza e marginalizações, com a economia de guerra.

Estes fatos objetivos são uma confirmação convincente da variedade da teoria marxista do empobrecimento absoluto e relativo. O desenvolvimento mesmo do capitalismo contemporâneo afirma inteiramente outra tese fundamental de Marx, qual seja, a intensificação do processo do proletariado no seio do capitalismo, do incremento, ainda que em formas diversas e articuladas, do trabalho subordinado, do trabalho assalariado, de um crescimento quantitativo destrutivo, de uma acumulação sempre centrada na extorsão da mais-valia, enfim, sobre a exploração.

A atual questão econômico-social do trabalho não está ligada somente

¹ O CESTES, juntamente com a Federação Nacional das Representações Sindicais de Base, editam a revista PROTEO, periódico quadrimestral de caráter científico, que aborda as dinâmicas econômico-produtivas e políticas de trabalho.

ao desemprego cada vez mais de caráter estrutural, mas diz respeito muito mais a uma série de problemas de caráter quantitativo/qualitativo, e por isso às novas figuras do trabalho, do trabalho negado e do não-trabalho, todas figuras internas do modo de produção capitalista. O problema “trabalho” existe também para quem possui um, dado que se trabalha sempre mais e em condições cada vez mais precárias, sem proteção, com salário social absoluto e também relativo a cada trabalhador sempre menor, e com altos níveis de mobilidade e intermitência.

A crise do capitalismo que analisamos, crise também de super-produção, de acumulação e de demanda por conta também da tendência à contradição geral do salário social de toda classe trabalhadora, é devida igualmente à transição da acumulação material a formas de acumulação sobre capital imaterial. Os novos processos de acumulação estão igualmente ligados aos fortes incrementos de produtividade não redistribuída e aos processos de terceirização, os quais são acompanhados de significativos movimentos na renda financeira. Tudo isso evidencia que o chamado ciclo pós-fordista da fábrica social generalizada realiza, além do desemprego estrutural, também as mil formas de trabalho atípico e flexível, de todas as maneiras catalogáveis entre o trabalho assalariado, dependente e etéreo-direto.

Hoje, a esmagadora maioria da população dos países capitalistas se compõe de trabalhadores assalariados. O trabalho assalariado constitui a base do capitalismo, em escala muito maior que nos tempos de Marx. No entanto, as tendências atuais, com o aumento do número dos trabalhadores assalariados empregados fora da produção material propriamente dita, o aumento do número dos empregados, dos flexíveis, dos precários, dos temporários, dos atípicos em geral, o incremento da taxa de trabalho intelectual ou do falso trabalhador autônomo na composição do “operário coletivo”, são bem extensas para testemunhar a “desproletarização” da classe operária, ou da classe trabalhadora em geral.

Marx revelou a tendência objetiva da produção capitalista com vistas a uma exploração máxima da classe operária. Tal tendência verificou-se no curso de toda a história do capitalismo.

O que é característico do modo de produção hoje, não é o fato de que exista exploração de uma parte da população por outra parte, como a forma que tal exploração assume, quer dizer, a produção de “(...) mais-valia, pela qual o capitalista não paga nenhum equivalente. É sobre esta forma de troca entre capital e trabalho que a produção capitalista, ou o sistema de trabalho assalariado, está assentado, e que deve reproduzir continuamente o operário como operário e o capitalista como capitalista”.

Não obstante, é assim a transição do operário-massa ao “operário social”, da centralidade da fábrica à fábrica social generalizada, dos “macacões

azuis” aos colarinhos brancos, do trabalho manual aos trabalhadores do conhecimento e da inteligência, da era fordista à pós-fordista, da globalização à competição global. Também nos países de capitalismo avançado permanece e vive cada vez mais o trabalho assalariado com formas cada vez mais sofisticadas e cada vez mais incisivas de exploração.

O território é, então, o centro sobre o qual converge uma parte relevante dos interesses da coletividade, da classe, dos novos grupos de sujeito que operam numa empresa difundida socialmente no sistema territorial. Uma fábrica social generalizada na qual são gerados novos sujeitos que devem somar-se a uma unidade como corpo organizado, como uma totalidade de partes que interagem como novos sujeitos de classe, que ganham uma certa caracterização social porque derivam de uma certa caracterização produtiva da reconversão neoliberal, do modo de produzir e de produzir socialmente a centralidade da empresa, do lucro, do mercado. Novos sujeito de classe que são capazes de reviver contradições econômico-sociais e processos de socialização. Valores e comportamentos orientados e derivados da presença de um modelo que, por causa da reestruturação da empresa e do capital, incide profundamente no território e cria sua contradição na nova fase do conflito social.

Tais processos necessitam uma diferente e mais articulada leitura sócio-política; têm necessidade de novas lógicas interpretativas, de novas propostas de luta, de novos instrumentos ignorados nas análises de organização industrial da era fordista para relançar uma nova fase do conflito de classe capital-trabalho.

Um sério terreno de redistribuição da riqueza realizada dos incrementos de produtividade, pode vir da luta contra a fome no mundo, redistribuindo a riqueza, criando trabalho verdadeiro, reduzindo o horário de trabalho juntamente com o salário e os direitos, do trabalho de prevenção dos danos ambientais, de uma batalha internacional por reconhecer uma Renda Social Mínima para desempregados e precários². Precisamos relançar uma batalha para criar trabalho verdadeiro com plenos direitos, pela renda social garantida, por uma *Tobin Tax* para ser destinada à área social, pela luta contra a fome e contra a pobreza, pelo trabalho, pela renda garantida, recuperando a evasão fiscal, fixando impostos sobre os capitais, principalmente os especulativos, que golpeiam fiscalmente as tecnologias que estragam o meio-ambiente. Um Estado atuante que realize trabalhos socialmente necessários a partir das necessidades primárias e da qualidade do desenvolvimento com

² Na Itália, desde 1997, o CESTES-PROTEO, junto a muitas associações de base e ao sindicalismo de base, lançou uma grande batalha cultural e social, com a finalidade de que o Parlamento possa legislar pela instituição da Renda Social Mínima, como uma forma de direito garantido para os desempregados e precários.

proteção ambiental da saúde. Os recursos econômicos existem, é necessário um golpe de esquerda de séria vontade política de contra-tendência para aplicá-los imediatamente na construção de uma alternativa socialista.

De acordo com o que dissemos, a libertação da classe operária da exploração capitalista é possível somente através da superação do modo de produção capitalista. Esta dedução tinha e tem uma importância muito grande, pois põe decisivamente em discussão toda ilusão acerca da superação da contradição capital-trabalho no interior do modo de produção capitalista. Só assim se realiza um processo de profunda renovação e superação, no sentido econômico, político e, assim mesmo, social, totalmente fundado sobre o terreno de uma possível alternativa ao capitalismo. Este deve ser o cursor da transformação, a tarefa fundamental do honesto estudo marxista.

Como nos ensinou a gloriosa história do movimento operário, somente a estreita simbiose entre teoria e prática pode realizar aquele “intelectual coletivo”, aquela completa ciência que este, em nível de desenvolver uma função de guia para todos os movimentos de oposição anti-globalização liberal, possa mover-se na linha estratégica da luta contra a competição global por pólos e aquela pela superação do modo de produção capitalista.

Bibliografia

- CARARO, S. et al. (2001). “No/Made Italy”. In *EuroBang*, número 2 - La Multinazionale Italia e i laboratori nella competizione globale. Roma: Mediaprint.
- _____. (2002). “La coscienza di Cipputi”. In *EuroBang*, número 3 – Inchiesta sul lavoro. Soggetti e progetti. Roma: Mediaprint.
- EUROSTAT RÉGIONS. (2000). *Annuaire Statistique 1999*. Edition 1999. Thème 1.
- EUROSTAT ANNUARI 1997, 1999 e 2000.
- GALLINO, L. (2002). *Il costo umano della flessibilità*. Laterza Editores.
- GOERGEN, M. e RENNEBOOG, L. (1998). *Strong managers and passive institutional investor in the UK*. Bruxelles: ECGN.
- _____. (1999). *Prediction of ownership and control concentration in german and UK initial public offering*. Tilburg University.
- YASUI, T. (1999), “Corporate governance in Japan”. In *Conference on “Corporate governance in Asia: a comparative perspective”*. Seoul: OECD.
- LA PORTA, R. et al. (1998). *Corporate ownership around the world*.

National Bureau of Economic Research.

- MAHER, M. e ANDERSSON, T. (1999). Corporate governance: effects on firm performance and economic growth.
- MARAZZI, C. (1999). Il posto dei calzini. Torino: Bollati Boringhieri.
- MAYER, C. (1999). Corporate governance in UK. Seoul: OECD.
- MARIOTTI, S. e MUTINELLI, M. (1997). "Le trasformazioni strutturali dell'internazionalizzazione produttiva delle imprese italiane". In *Quaderni di Ricerca*, n. 4, ICE Ufficio Studi Economici.
- MARIOTTI, M. "L'internazionalizzazione produttiva". In *Impresa & Stato*, n. 41.
- MARTUFI, R. e VASAPOLLO, L. (1999). Profit State, redistribuzione dell'accumulazione e reddito sociale minimo. La città del sole. Napoli.
- _____. (2000a). "La sfida del polo europeo nella competizione globale. Inchiesta su lavoro e capitale". In *Eurobang*. Roma: Mediaprint.
- _____. (2000b). Le pensioni a fondo. Roma: Mediaprint.
- MICHEL, A. (1986). Capitalismo contro capitalismo. Bologna: Il Mulino.
- MORI, A. E ROLLI, V. (1998). "Investimenti diretti e commercio: complementari o sostituibili?". In *Servizio Studi*, n. 337.
- OECD (1998) "Les nouvelles orientations de la politique industrielle – Prospectives de la science, de la technologie et de l'industrie. In *Policy Brief*, n. 3.
- RAPPORTO ICE. (1998-1999). L'Italia nell'economia internazionale.
- REGINI, M. (2000). Modelli di capitalismo. Le risposte europee alla sfida della globalizzazione. Roma: Laterza.
- ROE, M. J. (1993). Some difference in corporate structure in Germany, Japan and the United States. The institutional investor project. New York: Center for law and economic studies, Columbia University.
- TINACCI MOSSELLO, M. (1987). "Economie di agglomerazione e di sviluppo economico." In BECATTINI, G. Mercato e forze locali: il distretto industriale. Bologna: Il Mulino.
- VASAPOLLO, L. (2000). "La Unión Europea: entre polo geoeconómico y desarrollo desigual". In *Exposição na VIII Conferencia Internacional de Estudios Europeos*. Habana, 3 a 6 outubro.